
Educação patrimonial através de oficina sobre a “Maria Degolada”

Heritage education through the workshop on “Maria Degolada”

Raquel Braun Figueiró*

Resumo: Este artigo apresenta o relato de experiência em educação patrimonial desenvolvida no “Estágio de Docência em História III”, disciplina do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A oficina sobre a “Maria Degolada” foi desenvolvida no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e, a partir dessa experiência, pretende-se discutir a educação patrimonial como prática educacional que visa a desenvolver o aprendizado de conceitos e questões referentes ao patrimônio cultural, à história e à memória entre os educandos de diferentes níveis de ensino.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Arquivo Público do Estado do RS. “Maria Degolada”.

Abstract: This paper reports an experience in heritage education developed during the teacher training III of the undergraduate teachers’ program in History at Universidade de Caxias do Sul. A workshop on the historical character known as “Maria Degolada” [Beheaded Maria] was developed with the Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. From this experience we discuss heritage education as a classroom practice that aims at promoting learning of concepts and other issues related to cultural heritage, to history and to memory among students in different school levels.

Keywords: Heritage education. Arquivo Público do Estado do RS. “Maria Degolada”.

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é graduanda no curso de Bacharelado em História pela mesma instituição. Monitora da disciplina de Introdução ao Estágio de Docência em História. *E-mail:* quel_braun@yahoo.com.br

Introdução

A educação patrimonial é uma prática educacional que visa a desenvolver o aprendizado de conceitos e questões referentes ao patrimônio cultural, à história e à memória entre os educandos de diferentes níveis de ensino (desde que respeitada a didática apropriada para cada faixa etária). A história de “Maria Degolada” (alcunha pela qual ficou mais conhecida) é do conhecimento da maioria dos porto-alegrenses, sendo contadas várias versões de sua morte e desenvolvida uma crença em torno de sua pessoa. Partindo dessas observações, se elaborou e se executou atividade de educação patrimonial para o “Estágio de Docência em História III”,¹ disciplina do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A disciplina “Estágio de Docência em História III” visa a desenvolver entre os alunos de graduação uma capacitação básica para realizar ações de educação patrimonial em conjunto com o ensino de história em diferentes espaços culturais. O contato e a utilização dos chamados “lugares de memória” – museus, monumentos, arquivos, bibliotecas – obtidos no desenvolvimento da disciplina e no processo educativo, ocorreram no sentido de desenvolver a consciência do educando e futuro cidadão para a importância da preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, dentre as várias possibilidades, foi necessário escolher uma instituição, conhecê-la e desenvolver um projeto baseado no estudo das questões que envolvem o conceito de patrimônio. Ao fim da experiência, foi possível refletir sobre as problemáticas que envolvem a prática de educação patrimonial, as possibilidades do ensino de história nesses espaços e a obtenção de uma melhor compreensão acerca do referencial teórico de patrimônio – ao aliar o estudo dos textos da disciplina à prática educacional.

A educação patrimonial é uma atividade pedagógica feita a partir de metodologia que tem como ponto de partida os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Por bens culturais se entende aquilo que é resultante da cultura de um determinado povo, suas edificações, fontes materiais, mas também seus ritos, sua tradição, sua língua, etc., haja vista ser possível reconhecer e compreender parte da história de um povo através deles. Como Salienta Grunberg, “os bens culturais são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico. Esses bens culturais podem ser tangíveis e intangíveis”.² Nesse sentido, a noção de

patrimônio está intimamente ligada ao conceito de cultura, uma vez que, a partir dela, em conjunto com elementos próprios de sua história e do espaço onde vive, incidem as relações, os signos e a linguagens para a constituição da vida social. Cada grupo social configura a sua identidade cultural a partir de valores, conceitos, padrões e modos próprios de vida, os quais revelam o perfil do patrimônio cultural de uma comunidade. Os conceitos, as experiências e os conhecimentos partilhados entre um grupo, repassados pelos mais velhos aos mais novos com o transcorrer do tempo – em forma de habilidades e comportamentos predominantes na vivência em comunidade – compõem o seu patrimônio cultural.

O conceito de patrimônio possibilita, então, entender o que constitui e como é atribuído sentido aos valores, às representações e às ações coletivas e individuais para as distintas sociedades. Patrimônio é uma categoria de pensamento, uma abstração teórica concretizada para compreender melhor a vida de um grupo, mas que deve ser “aplicada” de maneira condizente com a sua realidade social, já que identifica as práticas sociais coletivas que o constituem. Dessa forma, o patrimônio cultural não se restringe a objetos materiais representativos da história de um povo, mas também significa as tradições e os códigos comuns a todos. A essas tradições e códigos, que não estão expressos de forma palpável, chamamos *patrimônio imaterial* (a língua, os ritos, as crenças, as danças, as tradições, etc.).

Cabe salientar que o conceito de patrimônio imaterial, entretanto, nem sempre foi empregado pelas políticas patrimonialistas, sendo utilizado apenas a partir da década de 80, do século XX, com a ampliação do conceito de *patrimônio* – através de debates acadêmicos e congressos sobre o tema. A ampliação do conceito de patrimônio também foi estendida para temas referentes ao patrimônio ambiental (meio ambiente e recursos naturais) e, por consequência, ao territorial (transformação do meio pela ação do homem e constituição dos espaços urbanos).³ Os patrimônios material, imaterial e ambiental não são opostos; pelo contrário, são integrados e se relacionam na constituição do processo histórico.

Um aspecto importante para a eficiência do reconhecimento patrimonial é manter a população como protagonista e parceira no registro institucional dessas práticas. A preservação deve fazer sentido para a população, o que implica, também, estabelecer ações de educação patrimonial em conjunto com as comunidades e partir dela para realizar

o registro do seu patrimônio. Em função disso, se escolheu trabalhar a história “Maria Degolada” no estágio de educação patrimonial, uma vez que a história é conhecida por muitos porto-alegrenses e faz sentido para muitas pessoas que depositam sua crença na personagem ao fazerem promessas e pedidos em prol de sua devoção. Cabe observar que há um morro em Porto Alegre chamado Maria da Conceição, em homenagem à falecida. Nesse ponto, é interessante explicar, que o morro em questão já foi conhecido por “Maria Degolada”, mas os moradores do local contam que ela comunicou (em sessão espírita) não gostar de ser chamada pela alcunha de “Maria Degolada”, motivo que resultou na mudança do nome do morro.⁴ Tais fatos transfiguram o mito em um “prato cheio” para trabalhar os conceitos de patrimônio, mito e história com os alunos, já que, nas turmas em que foram realizadas as oficinas, todos conheciam a história, que desperta curiosidade tanto por fazer parte de sua memória quanto em razão do “teor macabro” que a envolve.

Os objetos “palpáveis” que representam a história e a cultura de um povo têm importância equivalente às tradições imateriais, mas apenas se analisados em seu contexto histórico e em seu ambiente cultural – no qual a cultura imaterial está inserida. A identificação dessas referências culturais possibilita conscientizar a população acerca da necessidade de preservação patrimonial, pois abarca o âmbito das práticas culturais de um grupo fazendo as pessoas se sentirem parte da constituição do patrimônio. Em razão do que foi salientado até aqui, a educação patrimonial tem um papel importante para a compreensão de tais preceitos. A realização de tais práticas educativas a partir dos bens culturais, é uma metodologia eficiente para alcançar os objetivos pretendidos. A metodologia da educação patrimonial deve atuar no sentido de agrupar os bens culturais ao processo de aprendizado, como instrumentos no emprego da transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, “o conceito de Educação Patrimonial baseia-se em princípios e metodologias que possuem por fim a sensibilização e instrumentalização de uma comunidade em qualquer âmbito para reconhecer, compreender e valorizar seu patrimônio”.⁵

Tendo em vista as observações feitas acerca do patrimônio e da educação patrimonial, foi elaborada a atividade da disciplina de “Estágio de Docência em História III”. O primeiro passo foi eleger uma instituição de cunho patrimonial para realizar o estágio. A instituição escolhida foi o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Riachuelo, 1.031, no centro de Porto Alegre. A instituição foi fundada

em 1906 e, atualmente, conta com três edificações, sendo uma administrativa e duas para guardar documentos. Os prédios destinados à conservação do acervo foram fundados em 1910 e em 1920 e construídos com uma estrutura física apropriada para a preservação da documentação. Referentemente à quantidade, existem, hoje, 5.300m lineares ou 18 milhões de documentos (em papel), os quais preservam informações alusivas às seguintes instâncias públicas do Estado do Rio Grande do Sul: Judiciário, Executivo, Legislativo, registros civis e de tabelionatos.

O arquivo dispõe de atendimento ao cidadão, com o fornecimento de cópias autenticadas gratuitas de registros civis, escrituras, etc. Além disso, são recebidos pesquisadores que realizam consulta local em fontes primárias e são agendadas visitas guiadas para conhecer o local. A instituição não tem nenhum projeto de educação patrimonial atualmente, apesar de já ter realizado ações desse gênero. Tais iniciativas pedagógicas foram suspensas por falta de verba e pessoal.

A atividade de educação patrimonial foi projetada tendo como apoio um grupo específico de documentos guardados no arquivo, referentes ao processo de Maria Francelina Trenes, conhecida como “Maria Degolada”. A jovem de 21 anos foi assassinada no ano de 1899 pelo seu amásio, Bruno Bicudo, durante uma briga. A tragédia ocorreu em um churrasco que ambos faziam em companhia de mais dois casais, no antigo Morro do Hospício, no arraial do Partenon, onde hoje existe a Vila Popular de Maria da Conceição. Próximo do local do crime, havia uma figueira, onde foi construída uma capela em devoção à Maria Francelina, após a árvore ter sido derrubada por um temporal na década de 70 (séc. XX). (Muitos crentes acreditam que a falecida teria sido enterrada ao pé da figueira.)⁶ O crime gerou um processo que resultou na condenação e prisão do acusado. Os documentos referentes ao caso foram recentemente publicados, por iniciativa do arquivo, em livro sobre o lendário assunto, e tal compilação foi utilizada para a constituição de nossa atividade.⁷ Além disso, a escolha desse tema representa abordar um mito que dá nome a um morro de um bairro de Porto Alegre, e os envolvidos no crime não eram membros da elite, ou seja, não se está falando de um patrimônio representativo da “história dos vencedores”.

Em razão de a história ter o seu processo-crime guardado na instituição escolhida e ter se transformado em um mito – conhecido por muitas pessoas e que movimenta outras em torno de uma crença, explicitando sua importância –, considerou-se ser essa uma maneira eficiente de trabalhar conceitos acerca do patrimônio e da história, além

de atentar para a importância da preservação dos bens patrimoniais, sejam eles materiais, sejam eles imateriais.

Nesse sentido, o roteiro da mediação foi dividido em três partes, visando a atender aos objetivos propostos de maneira eficaz. A primeira parte constituiria um passeio guiado pelo arquivo; a segunda, uma dinâmica com a turma, e a terceira, uma apresentação de *slides*. Infelizmente, a primeira parte não foi realizada, pois se tornou inviável fazer a atividade no arquivo, em razão de dificuldades para marcar horários com as escolas.⁸ Em função disso, as atividades aconteceram no Colégio Estadual de Ensino Fundamental Rio de Janeiro (localizado no Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre), em formato de oficina. Portanto, devido aos percalços enfrentados, a atividade iniciou pela segunda parte.

A dinâmica realizada com os alunos consistiu, primeiramente, na apresentação de cada graduando e em um diálogo para saber se eles já conheciam algo sobre o assunto, na tentativa de despertar a curiosidade. Houve a explicação do que era um arquivo, perguntas sobre o que era patrimônio e se conheciam a história de “Maria Degolada”. Para instigá-los a desvendar o crime e a prestarem mais atenção, cada mediador da oficina contou uma versão do delito. A atividade foi realizada com duas turmas de sexta série do Ensino Fundamental e, em ambas, os alunos haviam escutado algum relato sobre o caso.

Por conseguinte, pedimos ajuda aos estudantes para entender melhor como ocorreu o assassinato de Maria Francelina. Agrupados em duplas ou trios, pesquisaram nas diferentes réplicas de documentos sobre o caso. As réplicas foram feitas pelos “oficineiros”, sendo que não foram copiados apenas documentos guardados no Arquivo Público, de modo que os alunos compreendessem que o conhecimento histórico pode ser construído por meio de pesquisa em diferentes lugares de guarda arquivística. Foram reproduzidos depoimentos do processo-crime, o exame de corpo de delito de Maria Francelina Trenes e o laudo da prisão em flagrante de Bruno Bicudo (assassino de Maria), os quais estão arquivados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Também se copiou o atestado de óbito de Maria Francelina Trenes, a entrada de Bruno Bicudo na prisão e seu atestado de morte seis anos depois.

Após a leitura dos documentos, foi feito um diálogo, por meio do qual cada grupo explicava o documento que havia lido. A dinâmica possibilitou juntar as partes do crime e mudar algumas percepções sobre a morte da jovem. Nesse momento, foram tiradas dúvidas e, depois da apresentação de todos os documentos, foram explicados em ordem, para

ser mais fácil entender como aconteceu o crime. Essa parte da oficina mostrou-se mais eficaz do que primeiramente imaginávamos. As conversas e a falta de atenção que presumíamos foram substituídas por um interesse nos relatos dos colegas sobre a leitura das outras fontes, resultando num bom entendimento do processo como um todo.

Ao viabilizar o “contato” da turma com fontes históricas, explicar superficialmente como é o ofício do historiador e onde são guardados e quais são os cuidados necessários para com os documentos, iniciou-se a apresentação de *slides*. A “aula” foi ordenada dessa maneira a fim de que a apreensão de certos conceitos pelos alunos fosse mais fácil. Nesse sentido, a apresentação dos *slides* compreendeu a exposição de um mapa de Porto Alegre da época, onde visualizaram o local do crime, algumas fotos (do Hospital São Pedro, da casa de detenção em que o réu foi preso, da figueira próxima de onde Maria Francelina morreu e da atual gruta construída em sua homenagem) e *slides* com a explicação de alguns conceitos. O mapa e as fotos utilizados na apresentação foram obtidos, respectivamente, através de pesquisa no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho e na internet.

Em primeiro lugar, esclareceu-se o conceito de fonte, diferenciando-a entre primária e secundária. Para esclarecer o segundo conceito, o de patrimônio cultural, utilizou-se como base a explicação de Horta que o define como sendo o valor e o significado das experiências e vivências compartilhadas, como a consciência de que cada indivíduo participa na formação da cultura e da política de sua coletividade. Assim, são as nossas atitudes cotidianas, inseridas no contexto social que compartilhamos com os demais membros de nossa comunidade, formadas ao longo de gerações e herdadas pelas presentes.⁹ Além disso, foi diferenciado patrimônio material de imaterial, com uma relação de exemplos sobre esses dois tipos de patrimônio. Em terceiro lugar, explicou-se brevemente o que era o Arquivo Público do Estado, e quais eram sua importância e função.

Por último, se esclareceu e relacionou os conceitos de mito e história, frisando que *história* é a ciência que estuda a vida dos homens e a forma como eles se organizam (cultural, econômica, política e socialmente) com o passar do tempo, e que *mito* é uma pessoa ou fato representado de maneira exagerada ou modificada pela tradição, pela imaginação popular, no transcorrer do tempo. É importante salientar que não se menosprezou a importância do mito em detrimento da história, pelo contrário, se explicou que é a relação existente entre mito e história que perpetua e estabelece valores, culturas e patrimônios.

Tendo em vista que boa parte da população de Porto Alegre não tem um conhecimento histórico e científico acerca do caso, mas da sua transformação em mito, achamos interessante relacionar os dois conceitos tendo em vista a sua diferenciação, e não, sua desqualificação. O crime aconteceu há mais de um século e se transformou em mito, que também tem sua importância histórica, de maneira que

o mito fala de um espaço que aparece como o resultado de um morar, que se define em função da própria identidade do grupo. A concepção mítica revela que a história de um lugar é o modo como os habitantes criaram relações com a terra, o céu, a água e com outros homens. E, assinalando um espaço, como um conjunto humano diferencia-se de outros.¹⁰

Além disso, a atividade como um todo permitiu aos alunos a compreensão de que a história e o patrimônio cultural o constituem como indivíduo com valores e hábitos individuais e coletivos, sendo que ele também recria e interfere nesse contexto histórico. Em razão disso, é uma experiência que visou a possibilitar que eles entendessem a necessidade de preservação do patrimônio, já que explica parte da sua sociedade e da sua inserção nela. Desse modo, esse tipo de atividade ensina os educandos que “desenvolver a habilidade de observação e interpretação dos objetos auxilia na compreensão do mundo”.¹¹ Essa forma de observação detetivesca realizada na oficina – partindo do conhecimento prévio sobre o assunto – levou o aluno a se interessar, a descobrir, a relacionar e a pensar.

Consideramos, portanto, a atividade realizada com as turmas de 6ª série do Colégio Estadual de Ensino Fundamental Rio de Janeiro frutífera, pois nos possibilitou trabalhar com vários conceitos históricos (como fonte, mito, patrimônio) e com a cientificidade do ofício do historiador, diferenciando o que se “escuta falar” daquilo que é exigido por um método científico para ser executado. Esse caminho foi traçado para que se pudesse chegar ao ponto fundamental, que é *a importância da preservação e conscientização sobre o patrimônio histórico*, de maneira mais eficiente do que apenas falar de patrimônio como algo isolado e abstrato. Infelizmente, devido a problemas “contextuais” (situação do ensino no atual governo do Estado) não foi possível realizar essa experiência por mais tempo, para que ela pudesse ser aprimorada; nem pôde ela ser realizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do

Sul, o que possibilitaria uma eficiência ainda maior à atividade, em razão do conhecimento – por parte dos alunos – de um arquivo organizado. Com tais considerações, fica manifesta a importância de ações de educação patrimonial para uma melhor capacitação do ensino de história e da preservação da memória, por parte tanto dos alunos como dos professores, pois a experiência da prática nesse terceiro estágio nos valeu também como um crescimento intelectual a respeito da importância do patrimônio na construção da cidadania.

Notas

¹ A atividade foi elaborada em conjunto com mais dois colegas: Larissa Durlo Grisa e Luciano Quednau Thomé.

² GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. *Museologia Social*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, p. 97, 2000.

³ Sobre esse assunto, consulte-se: PELEGRINNI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 50, p. 117-121, 2006.

⁴ Informações retiradas do livro publicado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul sobre a história do mito “Maria Degolada”: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Maria Degolada: mito ou realidade?* Porto Alegre: EST, 1994.

⁵ FUNARI, Pedro P. A.; FUNARI, Raquel dos S. Educação patrimonial: teoria e prática. In: RAMOS, André Luis; KLAMAT, Sergio Célio (Org.). *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. p. 119.

⁶ Informações retiradas do livro publicado sobre o caso: Idem, nota 6.

⁷ Idem.

⁸ As escolas estaduais entraram em greve na época do estágio. Além disso, o governo do estado havia estabelecido que saídas de campo com os alunos não seriam contadas como hora/aula, resultando que entre aqueles professores que não aderiram à manifestação diminuiu consideravelmente o interesse em fazer atividades fora da escola. Tal iniciativa estatal ocasionou um retrocesso no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

⁹ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Patrimônio cultural e cidadania. *Museologia Social*, Porto Alegre: UE/ Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

¹⁰ BARCELOS, Jorge A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: BRANDÃO, Carlos; MESQUITA, Zila (Org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS; Unisc, 1995. p. 45.

¹¹ Idem, p. 103.

Referências

- ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Maria Degolada: mito ou realidade?* Porto Alegre: EST, 1994.
- ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 1º dez. 2008.
- BARCELOS, Jorge A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: BRANDÃO, Carlos; MESQUITA, Zila (Org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS; Unisc, 1995, p. 45.
- BRANDÃO, Carlos; MESQUITA, Zila (Org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS/Unisc, 1995.
- FUNARI, Pedro P. A.; FUNARI, Raquel dos S. Educação patrimonial: teoria e prática. In: RAMOS, André Luis; KLAMAT, Sérgio Célio (Org.). *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008, p. 119.
- GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. *Museologia Social*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Patrimônio cultural e cidadania. *Museologia Social*, Porto Alegre: UE; Secretaria Municipal da Cultura, p. 11-20, 2000.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 21 maio 2009.
- PELEGRINNI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 50, p. 117-121, 2006.

Recebido em 15 de abril de 2009 e aprovado em 22 de junho de 2009.